

DOSSIÊ “A Educação profissional e o Ensino Médio:
Olhares retrospectivos, circunspectivos e prospectivos”

EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO:
teoria do capital humano, empregabilidade e empreendedorismo

EDUCATION AND WORK IN THE KNOWLEDGE SOCIETY: *theory of human capital,
employability and entrepreneurship*

EDUCACIÓN Y TRABAJO EN LA SOCIEDAD DEL CONOCIMIENTO: *teoría del capital
humano, empleabilidad y emprendimiento*

Jeferson Anibal Gonzalez ⁱ

RESUMO

O presente texto discute as mudanças na organização do trabalho e suas relações com a educação. Revisita as elaborações sobre o valor econômico da educação na teoria do capital humano, na noção de empregabilidade e na ideologia do empreendedorismo e suas influências na organização do trabalho educativo a partir da crítica à ideia de sociedade do conhecimento. Compreende, por fim, que essas elaborações reduzem a educação aos conhecimentos imediatamente úteis ao fazer, limitando a formação dos trabalhadores à sociabilidade do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: educação e trabalho; sociedade do conhecimento; teoria do capital humano; empregabilidade; empreendedorismo.

ABSTRACT

This text discusses the changes in the organization of work and its relations with education. It revisits the elaborations on the economic value of education in the theory of human capital, in the notion of employability and in the ideology of

entrepreneurship and its influences on the organization of educational work from the point of view of criticizing the idea of a knowledge society. Finally, he understands that these elaborations reduce education to knowledge that is immediately useful in doing things, limiting the training of workers to the sociability of the capitalist mode of production.

Keywords: education and work; knowledge society; human capital theory; employability; entrepreneurship.

RESUMEN

Este texto discute los cambios en la organización del trabajo y sus relaciones con la educación. Retoma las elaboraciones sobre el valor económico de la educación en la teoría del capital humano, en la noción de empleabilidad y en la ideología del emprendimiento y sus influencias en la organización del trabajo educativo desde el punto de vista de criticar la idea de una sociedad del conocimiento. Finalmente, entiende que estas elaboraciones reducen la educación a saberes inmediatamente útiles para hacer las cosas, limitando la formación de los trabajadores a la sociabilidad del modo de producción capitalista.

Palabras clave: educación y trabajo; sociedad del conocimiento; teoría del capital humano; empleabilidad; emprendimiento.

Introdução

A sociedade atual é frequentemente anunciada como sociedade do conhecimento, da informação ou da informática. Para os defensores dessas denominações, vivenciamos uma época de mudanças significativas e transformações radicais na forma como as pessoas vivem, aprendem e trabalham. Uma das características principais dessa sociedade seria o acesso quase ilimitado às informações e ao conhecimento por meio de diversas tecnologias digitais. Plataformas online, softwares personalizados e ferramentas de pesquisa e produção textual regidas por inteligência artificial são anunciados como promotores de uma educação que, no limite, suplantaria as carcomidas estruturas físicas da escola, o tempo dispensado às aulas enfadonhas, o currículo com as disciplinas estandardizadas e a formação de um professor que domine os conteúdos a serem ministrados, já que esses conteúdos estão em constante transformação e podem ser acessados em qualquer momento e lugar; caberia aos professores, então, dominar as estratégias exitosas e a organização

do ambiente para que os educandos naveguem no mar revolto de informação e encontrem possibilidades para transformá-las em conhecimento.

No tocante ao mundo do trabalho, a sociedade do conhecimento, segundo seus ideólogos¹, imprime profundas mudanças com a passagem de uma atividade não mais baseada na produção de bens, mas de serviços; não mais no trabalho material, mas no imaterial. O desenvolvimento tecnológico proporcionaria, assim, novos modos de trabalho mediados por aplicativos de entrega e transporte, por exemplo. Flexibilidade, polivalência, iniciativa e criatividade seriam as competências e habilidades necessárias para lidar com a complexidade do mundo contemporâneo, adentrando o incerto e volátil mercado de trabalho.

Essas transformações apresentam como substrato material ressignificações sobre o papel do Estado na organização da economia e na garantia de direitos sociais, passando da defesa da intervenção na lógica do Estado de bem-estar social à lógica de um suposto livre mercado: o Estado mínimo neoliberal. Mudam-se também os padrões de organização dos processos produtivos: da rigidez da linha de montagem propugnada pelo taylorismo-fordismo à flexibilidade dos círculos de produção do modelo toyotista no processo de reconversão produtiva.

A educação, nesse contexto, tem o seu valor econômico reavivado em diferentes perspectivas: da formulação via teoria do capital humano, passando à noção de empregabilidade e culminado na defesa do empreendedorismo. Com isso em mente, no presente trabalho, a partir de uma pesquisa² de natureza teórico-bibliográfica, analisa-se essas três perspectivas como elaborações ideológicas que pretendem limitar a formação dos trabalhadores à sociabilidade do modo de produção capitalista. Nesse sentido, espera-se contribuir para o aprofundamento crítico da relação entre educação e trabalho e, por conseguinte, favorecer a construção de perspectivas contra-hegemônicas.

Teoria do capital humano e o valor econômico da educação

A Teoria do Capital Humano é elaborada por Theodore William Schultz (1902-1998) no momento histórico, político e econômico no qual o modo de produção capitalista experimenta um grande crescimento nos países

¹ Daniel Bell (1973) é considerado o percussor da noção de sociedade da informação ou do conhecimento. Para um percurso histórico-filosófico sobre a construção teórica do termo, ver o artigo de Nehmy e Paim (2002). Para uma visão crítica, ver Duarte (2003) e Gonzalez (2022a).

² O presente artigo é fruto da tese de doutorado em educação intitulada *Das máquinas de ensinar aos objetos virtuais de aprendizagem: tecnicismo e neotecnicismo na educação brasileira* (Gonzalez, 2022b), orientada pelo Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, no Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UNICAMP.

desenvolvidos, denominado pelo historiador Eric Hobsbawm (1995) de “era de ouro do capitalismo”, localizado entre o segundo pós-guerra e a década de 1970. Nesse período, a política keynesiana de enfrentamento das crises cíclicas a partir da intervenção estatal, configurou o chamado Estado de Bem-Estar Social que propugnava, entre outras coisas, o pleno emprego e o papel de destaque da educação para sua efetivação.

Doutor em economia, professor da Universidade de Chicago e ganhador do Prêmio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel de 1979, Schultz é considerado o precursor da noção de capital humano ao questionar a ideia de que o crescimento econômico dependia exclusivamente dos recursos naturais e da tecnologia, indicando que o diferencial que levava certas economias a se desenvolverem mais que outras poderia ser encontrado no fator humano envolvido no processo de produção. A partir daí, chegou-se à conclusão de que a formação do trabalhador, entendida como a aquisição de conhecimentos e habilidades úteis, era o principal fator para a ampliação do desenvolvimento econômico de determinado país; sob a ótica da Teoria do Capital Humano, a relação entre educação e produtividade atingiu seu ponto máximo até então, consagrando uma suposta função econômica da educação, responsável pela geração da riqueza social e garantia do pleno emprego.

Em ‘A produtividade da escola improdutivo’, Gaudêncio Frigotto relaciona o conceito de capital humano à concepção burguesa de sociedade, ao mascarar os reais processos capitalistas de exploração e colocar o trabalhador como “proprietário” de um capital que tem seu valor medido pela quantidade de educação empreendida em sua formação. Para o autor, esse fato demonstra a base positivista que sustenta a teoria do capital humano, apresentando-se como uma teoria neutra separada de seu conteúdo político.

O conceito de capital – uma relação social – reduz-se aos seus aspectos puramente físicos onde as máquinas, enquanto fatores de produção, têm a propriedade de produzir valor. O centro unitário de análise das relações capitalistas de produção deixa de ser o valor-trabalho e passa a ser as relações de troca entre compradores e vendedores de mercadorias. Mascara-se, desta forma, a origem real e única da produção do valor, a expropriação do sobretrabalho mediante a transformação do trabalho humano numa mercadoria especial – a força de trabalho assalariado. O capital humano, concebido como força-de-trabalho, potenciada com educação ou treinamento, constitui-se no elemento-chave para dar a entender que o trabalhador assalariado que investe nesse capital se torna ele mesmo um capitalista. Desaparecem, portanto, nesta ótica, as diferenças de classes. (FRIGOTTO, 1993, p.217)

O conceito de capital humano, assim, apresenta uma visão de sociedade harmoniosa, escamoteando as contradições sociais. As diferenças entre os

indivíduos se dariam pelas vontades próprias de investir ou não em “seu” capital por meio do treinamento e da educação, gerando mais ou menos renda.

Reduzida a um “fator econômico”, a educação aparece deslocada de suas determinações econômico-sociais. No entanto, a análise revela que o conceito de capital humano alia a educação aos interesses do mercado para cálculo de investimentos e gastos de produção, buscando retirar o caráter político e social do ato educativo, reduzindo-o “a uma tecnologia educacional” (FRIGOTTO, 1993, p.67). Dessa forma, no campo das ideias pedagógicas:

(...) a teoria do capital humano vai ligar-se à toda perspectiva tecnicista que se encontra em pleno desenvolvimento na década de 50. Neste aspecto há um duplo reforço. A visão do capital humano vai reforçar toda perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua “ineficiência” e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para se constituir o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – o “capital humano”. A educação, para essa visão, se reduz a um fator de produção. (FRIGOTTO, 1993, p.121)

A educação, assim, assumiria um papel estratégico na formação para o emprego, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da sociedade, dentro do que Gentili (2005) identificou como promessa da escola como entidade integradora. Porém, o contrassenso histórico da teoria do capital humano, como aponta Frigotto (1993), é que a tese de que mais educação e treinamento engendra mais produtividade e maior renda se desenvolve num contexto em que o desenvolvimento tecnológico tende a “rotinizar, simplificar e desqualificar o trabalho”, aumentando o desemprego e o subemprego.

Seguindo a ordem do padrão taylorista-fordista de organização da produção, buscou-se a formação de seres humanos aptos ao trabalho repetitivo, em série, daí a organização da educação em séries, com atividades individuais de repetição e memorização de tarefas ancoradas num rígido planejamento do qual não se pode desviar. Sob a égide da racionalização, eficiência e produtividade, organizou-se a pedagogia tecnicista, na qual o objetivo da escola é formar o aluno competente e o professor trabalha a partir de propostas e materiais elaborados por especialistas, resumindo sua função a de um mero executor de tarefas (SAVIANI, 2008).

De acordo com Kuenzer e Machado (1984), a consolidação da pedagogia tecnicista (ou tecnologia educacional) no Brasil é identificada com discurso desenvolvimentista do final dos anos 1960. As autoras apontam que intelectuais e representantes dos interesses oficiais perceberam a baixa produtividade do sistema educacional, evidenciada pelos altos índices de evasão e repetência, como um entrave à ideologia do “desenvolvimento com segurança”. A

tecnocracia ligada à ditadura civil-militar (1964-1985) considerava que a falta de adequação do sistema escolar resultava na baixa qualificação da mão-de-obra, o que, por sua vez, contribuía para a desigualdade na distribuição de renda (KUENZER; MACHADO, 1984, p.29).

No contexto da ditadura civil-militar no Brasil, assim, a pedagogia tecnicista é animada pelos pressupostos da teoria do capital humano defendida pelos empresários que influenciavam a determinação das políticas educacionais do regime ditatorial. Exemplo dessa influência foi a realização pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organização empresarial que existiu entre 1961 e 1971, do Fórum a educação que nos convém do qual participaram, além dos empresários, integrantes do governo e do Grupo de Trabalho criado pelo MEC para a elaboração do projeto de Reforma Universitária. Saviani (2007), identifica na conferência-síntese desse fórum um sentido geral que perpassou as discussões dos diferentes temas:

Esse sentido geral é traduzido pela ênfase nos elementos dispostos pela teoria do capital humano; na formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais. (SAVIANI, 2007, p.342)

Como se percebe, estão delineados nesses pontos características gerais da pedagogia tecnicista que estarão na base das reformas educacionais da ditadura civil-militar e em seus projetos educacionais, principalmente na Reforma Universitária (Lei Nº 5.540 de 1968), na criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) instituído pelo decreto nº 62.455 de 1968 e na Lei 5.692 de 1971 que determinou a profissionalização compulsória no 2º grau (atual ensino médio). O fracasso dessa política educacional se evidenciou na manutenção de uma educação excludente, na falta de recursos financeiros para construção e adaptação do aparelho escolar e na crise econômica que tendeu a se instalar apesar do apelo massivo à formação de mão de obra. Logo, uma ressignificação da teoria do capital humano, uma outra explicação para o valor econômico da educação foi sendo construída, como se vê no próximo item.

Empregabilidade: a educação do trabalhador flexível

O contexto intensificado de crise do capitalismo leva a resignificação da teoria do capital humano adequando-a aos novos processos produtivos. Saviani (2007, p.427), buscando compreender o movimento de mudanças nas relações e processos produtivos, aponta que:

A crise da sociedade capitalista que eclodiu na década de 1970 conduziu à reestruturação dos processos produtivos, revolucionando a base técnica da produção e conduzindo à substituição do fordismo pelo toyotismo. O modelo fordista apoiava-se na instalação de grandes fábricas operando com tecnologia pesada de base fixa, incorporando os métodos tayloristas de racionalização do trabalho; supunha a estabilidade no emprego e visava à produção em série de objetos estandardizados, em larga escala, acumulando grandes estoques dirigidos ao consumo de massa. Diversamente, o modelo toyotista apoia-se em tecnologia leve, de base microeletrônica flexível, e opera com trabalhadores polivalentes visando à produção de objetos diversificados, em pequena escala, para atender à demanda de nichos específicos do mercado, incorporando métodos como o *just in time* que dispensam a formação de estoques; requer trabalhadores que, em lugar da estabilidade no emprego, disputem diariamente cada posição conquistada, vestindo camisa da empresa e elevando constantemente sua produtividade. (SAVIANI, 2007, p. 427)

Essas mudanças no processo de acumulação do capital imprimem suas marcas nas exigências à formação do trabalhador e dos processos educativos em geral. No contexto da reestruturação produtiva e consequente passagem do modelo taylorista-fordista ao modelo toyotista de racionalização do processo produtivo, a educação também sofre mudanças em seus pressupostos didático-pedagógicos hegemônicos. Se a necessidade é formar o trabalhador flexível e polivalente, o processo educativo procura centralizar suas ações também essas características nos alunos, buscando sempre o trabalho em grupo, a formação do indivíduo autônomo na busca de seu próprio conhecimento, o que será um dos aspectos da tendência neotecnicista.

Enquadrada como uma vertente do neoprodutivismo na educação (SAVIANI, 2007), o neotecnicismo assume em novas bases a concepção tecnicista de que o marginalizado é o incompetente (ineficiente e improdutivo), sendo função da escola formar indivíduo competente (eficiente e produtivo) como fator de equalização social e equilíbrio do sistema. Para isso, lança mão de tecnologias que visam racionalizar e padronizar o trabalho didático-pedagógico numa suposta defesa da neutralidade ideológica da técnica como forma de garantir a formação de indivíduos adaptados às exigências da acumulação

capitalista e manutenção de suas relações de exploração das camadas populares.

Como no tecnicismo, as ações sob a égide do neotecnicismo são guiadas a partir dos pressupostos da eficiência e produtividade. Nesse sentido, o planejamento educacional tem na avaliação – padronizada e em larga escala – os parâmetros de mensuração de seus objetivos. Essa visão é endossada e fomentada pelo setor privado que impõe seus modelos de “excelência” sobre o público. Assim, também como o tecnicismo, o neotecnicismo encontra nos interesses das empresas privadas as bases de sua sustentação, impondo à educação a lógica do mercado de trabalho.

Configura-se, nesse sentido, a desintegração da promessa integradora da escola, admitindo-se a impossibilidade da geração de empregos para todos, ou melhor, admitindo-se que a ausência de emprego era até certo ponto saudável para o sistema econômico, já que incentiva a disputa pelas poucas vagas disponíveis. No entanto, a relação entre educação e desenvolvimento econômico não foi abandonada, mas resignificada:

Morta definitivamente a promessa do pleno emprego, restará ao indivíduo (e não ao Estado, às instâncias de planejamento ou às empresas) definir suas próprias opções, suas próprias escolhas que permitam (ou não) conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho. A desintegração da promessa integradora deixará lugar à difusão de uma nova promessa, agora sim, de caráter estritamente privado: a promessa da empregabilidade. (GENTILI, 2005, p.51)

Para sair vitorioso na disputa por uma vaga no concorrido mercado de trabalho, é preciso que o indivíduo invista na sua empregabilidade, composta principalmente pelas vivências, experiências de trabalho e cursos de formação (inicial e continuada) realizados. A empregabilidade aparece, assim, como refuncionalização da teoria do capital humano (SAVIANI, 2007) e adentra a formulação de políticas públicas e a legislação educacional como ideário de formação de um trabalhador flexível capaz não só de lidar com as novas tecnologias e ferramentas, mas “gerar inovações” e “aumentar a produtividade (RODRIGUES, 1997, p.226).

Porém, se anteriormente pensava-se a educação como promotora da riqueza social, a noção de empregabilidade leva a questão para o privado, o particular, já que o próprio indivíduo é quem deve buscar a ampliação do seu coeficiente de empregabilidade, “gerenciando” seu currículo para a disputa de uma vaga no mercado de trabalho. Essa tendência individualizante será exacerbada atualmente na perspectiva do empreendedorismo, atingindo o ápice na defesa de escola deve formar o sujeito capaz de ser o “empresário de si

mesmo” e não depender que os Estado o mesmo a iniciativa privada ofereça postos de trabalho.

Empreendedorismo: a educação do “empresário de si mesmo”

Se a perspectiva da empregabilidade representou uma cruel ressignificação da teoria do capital humano, pois migrou da promessa do emprego à possibilidade de disputa pelo emprego, outra perspectiva ainda mais desoladora aos trabalhadores se conforma com a ideia de empreendedorismo: em tempos de incerteza, cada um deve tornar-se “empresário de si mesmo” (ANTUNES, 2018).

A ideologia do empreendedorismo exacerba a crença, já presente na teoria do capital humano, na promessa da empregabilidade da solução individual para a equalização das mazelas sociais. O indivíduo investido da vontade empreendedora resolveria duas questões cruciais para o capital em sua fase neoliberal: a desobrigação do Estado em garantir o acesso aos direitos sociais e o antídoto às revoltas dos trabalhadores contra o sistema capitalista de exploração, pois o empreendedor já não se reconhece como trabalhador e se coloca como cliente que consome educação, saúde e moradia como serviços e não como direitos.

Como afirma Maria Amélia Ferracciú Pagotto (2011, p. 292):

Às classes subalternas são reservadas versões revisitadas do velho individualismo baseado na noção de posse. O empreendedorismo da própria ascensão social do indivíduo tornou-se a nova religião - crer é preciso. E assim se reconstrói um tecido social no qual a noção de propriedade é revalorizada pela divulgação da crença de que à cada pessoa a posse de si mesmo e das estratégias para alcance de posições competitivas no mercado abarca o próprio sentido da existência.

É preciso, assim, compreender o empreendedorismo como ideologia, seja como visão de mundo ou falsa consciência. Como visão de mundo, o empreendedorismo sustenta um conjunto de ideias materializadas nas expressões: “faça você mesmo”, “basta ter vontade e dedicação”, “empreender é viver”, entre outras. Como falsa consciência, a ideologia do empreendedorismo busca escamotear as condições estruturais das relações de exploração no sistema capitalista, tomando o desemprego como algo pontual e não estrutural. Falseia, assim, a realidade levando para o polo individual questões que devem ser compreendidas a partir de suas determinações sociais e relações de classe.

Na esteira da perspectiva neoliberal, a ideologia do empreendedorismo naturaliza as diferenças sociais, relacionando-as com fatores como aptidão e comportamento. A mobilidade de classe, assim, depende do esforço e do mérito individual e pessoal. Desta forma, o empreendedorismo opera ideologicamente no sentido da manutenção das relações sociais do modo de produção capitalista e, por conseguinte, de sua sociabilidade calcada na exploração da classe trabalhadora em favorecimento dos detentores do poder.

A transfiguração do trabalhador em empresário, no entanto, é apenas aparente, já que em essência o fundamento da sociedade capitalista ainda é a luta de classes entre aqueles que vivem-do-trabalho (ANTUNES, 2005) e aqueles que vivem-do-trabalho-alheio. A não-identificação dos empreendedores como trabalhadores revela, talvez, a faceta mais cruel dessa ideologia. Não se reconhecendo enquanto explorados, os trabalhadores-empresários aceitam a engrenagem da sociabilidade capitalista, consentindo a perda de direitos materializados pela desregulamentação da legislação trabalhista, no fenômeno da pejetização e, mais recentemente, da uberização³.

O fetichismo da inovação é um dos alicerces do empreendedorismo. Nesse sentido, é preciso lembrar que a inovação no âmbito da produção capitalista serve, geralmente, ao incremento da extração de mais-valor relativo elevando a produtividade social do trabalho, aumentando o sobretrabalho. É o que se observa na precarização a partir do uso de plataformas digitais no controle do trabalho, seja no setor de transportes, de entrega ou mesmo na educação⁴.

O empreendedorismo, assim, como ideologia, é funcional à hegemonia de classe num contexto de desemprego estrutural. A existência de um “exército de reserva” regula os salários demonstrando que certas taxas de desemprego são saudáveis ao capitalismo e mais: visa adaptar o sujeito a mundo onde não há trabalho regulamentado. No entanto, altas taxas de desemprego podem causar uma convulsão social, aí entra o papel ideológico do empreendedorismo em evitar revoltas, regulando as mentalidades e culpabilizando os trabalhadores pela ausência de emprego já que para manter-se vivo depende, na lógica empreendedora, da aptidão, comportamento e vontade dos indivíduos e não das relações sociais de classe (VALENTIM; PERUZZO, 2017).

³ A *uberização* se caracteriza por novas formas de gerenciamento e controle do trabalho via plataformas digitais, como o *Uber* e *Ifood* (ABILIO, 2019).

⁴ Ver, por exemplo, o uso de robôs para corrigir atividade de alunos (<https://cartacampinas.com.br/2020/04/faculdade-particular-usa-robo-para-corriger-provas-e-dar-nota-aos-alunos/>) e a demissão de professores via janela digital (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/professores-acharam-que-pop-up-de-demissao-da-uninove-era-erro-do-sistema.shtml>).

Na educação, a ideologia do empreendedorismo ganhou espaço rapidamente por influência dos organismos internacionais como Organização de Cooperação e de Desenvolvimento (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Projeto Regional de Educação para América Latina e Caribe (PRELAC)⁵ ligado à UNESCO, por exemplo, indica, em sua revista, no ponto 1 dos focos estratégicos, o “foco nos conteúdos e práticas da educação, para construir sentidos sobre nós mesmos, os outros e o mundo em que vivemos” que:

Implica contribuir para discernir qual é o sentido da educação num mundo de incerteza e mudança. É preciso agregar, às aptidões que oferece a educação atual, abordagens para o exercício da cidadania e para a construção de uma cultura de paz. Os quatro pilares de aprendizagem do Informe Delors são um guia excelente para interrogar-se sobre os sentidos da educação; aprender a ser, a conhecer, a fazer e a viver juntos. O PRELAC explicita, por sua importância, um pilar adicional: aprender a empreender. (PRELAC, 2004, p. 9)

A inclusão de um quinto pilar aos já famosos pilares expostos por Jacques Delors, no relatório Educação: um tesouro a descobrir, documento que resulta da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtiem (Tailândia), em 1990, e que influenciou as políticas educacionais de grande parte dos países considerados em desenvolvimento, demonstra a capilaridade da ideologia do empreendedorismo junto às pedagogias hegemônicas.

Essas pedagogias de maneira geral se articulam em torno do lema “aprender a aprender”. Em seu livro ‘Vigotski e o “aprender a aprender”’: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vygotskiana’, Newton Duarte (2001) focaliza quatro posicionamentos valorativos que podem ser identificados como princípios das pedagogias organizadas sob o lema do “aprender a aprender”, são eles: 1) são mais desejáveis as aprendizagens que os indivíduos realizam por si mesmo, nas quais está ausente a transmissão, por outros indivíduos, de conhecimentos e experiências; 2) é mais importante o aluno desenvolver um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, que esse aluno aprender os conhecimentos que foram descobertos e elaborados por outras pessoas; 3) a atividade do aluno, para ser verdadeiramente educativa, deve ser impulsionada e dirigida pelos interesses e

⁵ “O PRELAC é o resultado do consenso entre os Ministros da Educação dos países da América Latina e Caribe sobre a situação da educação na região e sua projeção. Foi criado como contribuição estratégica para o cumprimento das metas do programa "Educação para Todos", principalmente em relação à promoção da qualidade da educação. O projeto objetiva promover mudanças nas políticas educacionais, de forma a assegurar o aprendizado de qualidade, voltado para o desenvolvimento humano.” (Descrição retirada do site do INEP).

necessidades dos próprios alunos; 4) a educação deve preparar o indivíduo para acompanhar a sociedade e o acelerado processo de mudanças.

Para o Duarte (2001), o fundamento dessas pedagogias está em uma “epistemologia implícita ao ideário neoliberal” infiltrada no pensamento pedagógico. Essa epistemologia pode ser apreendida a partir da concepção de sociedade e conhecimento presente na obra de Hayek⁶, na qual se encontra:

[...] uma naturalização do social, que é visto como resultante incontrolável e incognoscível das imprevisíveis ações individuais. O conhecimento individual, por sua vez, é reduzido à percepção imediata e a saberes tácitos. Estamos perante uma teoria do conhecimento como fenômeno cotidiano, particular, idiossincrático e não assimilável pela racionalidade científica. É também uma teoria da sociedade como um processo natural sobre o qual deve-se evitar ao máximo qualquer interferência, pois esta produz danos ao desenvolvimento natural e produz também injustiça por privilegiar alguns agentes sociais em detrimento de outros. (DUARTE, 2001, p. 100)

Esses aspectos estão presentes no conjunto das pedagogias hegemônicas e caracterizam as bases didático-pedagógicas sustentadas por aqueles que defendem que a sociedade atual é uma sociedade do conhecimento. Dessa forma, intensifica-se o processo de precarização do trabalho educativo nas escolas públicas, com a substituição das disciplinas e conteúdos clássicos por “projetos de vida” e aulas sobre como fazer e vender “brigadeiros gourmet”. Esse é o resultado que se presencia com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) amplamente apoiada pelo empresariado e propagada como a solução para a educação do futuro.

No documento da BNCC, por exemplo, encontra-se que a preparação para o trabalho e a cidadania no ensino médio supõe “o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível” (BRASIL, 2018, p.465). Para isso, é necessário que a “escola que acolhe juventudes” se organize com a finalidade de:

(...) proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização,

⁶ Friedrich August von Hayek (1899-1992) economista austríaco, vencedor do prêmio Nobel de economia em 1974. Autor de *O caminho da servidão*, no qual defende que a planificação econômica e a intervenção do Estado, assim como toda forma de coletivismo levam à tirania. É um dos principais autores ligados à concepção neoliberal.

planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade; (...). (BRASIL, 2018, p.466)

Percebe-se, assim, o forte apelo à inculcação de uma cultura do empreendedorismo que evolva criatividade, inovação e resiliência. Não há questionamento em relação à sociabilidade capitalista. Ao contrário, se há problemas nesse modo de produção, eles devem ser enfrentados com criatividade e inovação. É preciso ser resiliente, o que significa a necessidade de se adaptar ao imprevisível e suportar as agruras da exploração. A ideologia do empreendedorismo encontra, por fim, a escola como estrutura ideal para se reproduzir, de forma a impor o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo como forma social insuperável.

Considerações Finais

Um dos argumentos mais utilizados pelos defensores da sociedade do conhecimento para atacar aqueles que os criticam é afirmar que é preciso superar o descompasso existente entre a educação atual e as mudanças da sociedade e da organização do mundo do trabalho. A velha educação, segundo eles, está ancorada num paradigma ultrapassado, numa realidade onde o conhecimento produzido caberia hoje em poucas páginas e, nesse sentido, o mundo seria bem menor do que é hoje. O ritmo e a velocidade da produção de novos conhecimentos na atualidade exigiriam não mais o olhar para o passado ou a reflexão sobre as finalidades da ação humana, mas a aprendizagem de habilidades e competências que proporcione ação eficiente e eficaz por meio de conhecimentos úteis imediatamente ao fazer. O valor econômico da educação, nesse sentido, estaria na formação de indivíduos competentes, dispostos ao trabalho intermitente, desregulamentado e alienante.

Esse tipo de argumento busca escamotear as mazelas sociais do tempo presente, servindo aos interesses da classe dominante e suas frações num país onde não é incomum o flagrante uso de formas de trabalho análogas à escravidão. Em contraponto a esse posicionamento, é preciso afirmar uma educação comprometida com a atualização histórico-cultural dos seres humanos. Que eleve os sujeitos do cotidiano às esferas mais desenvolvidas das artes, das ciências e da filosofia. Que não idealize a criatividade como uma competência desterrada. Que compreenda a inovação como necessária, mas que não se faz sem amplo domínio dos conhecimentos historicamente acumulados e nem numa concepção individualista em favor do incremento da extração de mais-valor.

Como se procurou demonstrar neste trabalho, as metamorfoses das compreensões sobre o papel da educação em relação ao mundo do trabalho, quais sejam, as da teoria do capital humano, da empregabilidade e do empreendedorismo, não são frutos de ideias desencarnadas, mas possuem uma base material que estrutura e determina dialeticamente a sua produção. Desvelar as determinações sociais, políticas, culturais e econômicas dessas concepções é parte da luta contra-hegemônica numa sociedade que se sustenta na pilhagem e na exploração de uma classe sobre a outra. Espera-se, com isso, contribuir para compressão das contradições existentes e vislumbre das possibilidades de resistência, superação e construção de uma educação pautada nos anseios concretos das camadas populares.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 28 fev. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**: uma tentativa de previsão social. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1973

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2003

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos

neoliberais. IN: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3ªed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento e educação: a luta ideológica pela eternização do modo de produção capitalista. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 113–125, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51324>. Acesso em: 1 mar. 2023.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Das máquinas de ensinar aos objetos virtuais de aprendizagem: tecnicismo e neotecnicismo na educação brasileira. 2022b. **Tese (doutorado)** - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/6702>. Acesso em: 1 mar. 2023.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. 2ª ed. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

KUENZER, Acácia Zeneida; MACHADO, Lucília Regina de Souza. A pedagogia tecnicista. In: MELLO, Guiomar Namó de. (org.). **Escola Nova, Tecnicismo e Educação Compensatória**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. Repensando a sociedade da informação. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 9 - 21, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36767>. Acesso em: 27 fev. 2023.

PAGOTTO, Maria Amélia Ferracciú. **O trabalho morreu. Viva o conhecimento!** Os serviços em uma sociedade de classes. São Paulo: Annablume, 2011.

PRELAC. Uma trajetória para a Educação para Todos/Panorama Socioeducacional: cinco visões sugestivas sobre a América Latina e o Caribe. Revista **PRELAC**, Ano 1, nº0, agosto de 2004. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137293_por. Acesso em: 12 fev. 2023.

RODRIGUES, José. Da teoria do capital humano à empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a educação brasileira. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 2, p. 215–230, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8742>. Acesso em: 1 mar. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógica no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Edição Comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rego Barros.; PERUZZO, Feix Peruzzo. A

ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capitalismo. **Temporalis**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 101–126, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17914>. Acesso em: 1 mar. 2023.

Submissão em: 10 mar. 2023.

Aceite em: 11 jul. 2023.

i Jeferson Anibal Gonzalez

Professor EBTT-Educação/Pedagogia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP/Campus Hortolândia). Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP)

E-mail: anibal.gonzalez@ifsp.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0292984756121723>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7118-5132>